

ALEGAÇÕES FINAIS - LEI MARIA DA PENHA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE _____

Processo nº: _____

Requerente: _____

Requerido: _____

I – DOS FATOS

O presente feito trata da apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme previsto na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

A vítima sofreu agressões físicas, psicológicas e ameaças por parte do acusado, que violaram sua integridade física e moral, ensejando a intervenção do Poder Judiciário para a proteção de seus direitos e garantias.

II – DO DIREITO

A Lei Maria da Penha foi criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, garantindo medidas protetivas de urgência e a responsabilização criminal dos agressores.

Conforme o artigo 5º da referida lei, considera-se violência doméstica e familiar toda ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial à mulher.

III – DAS PROVAS

As provas colacionadas aos autos demonstram cabalmente a materialidade e autoria dos fatos narrados, destacando-se:

- Laudo de exame de corpo de delito que comprova as lesões sofridas;
- Testemunhos que corroboram a versão da vítima;
- Boletins de ocorrência registrados;
- Provas documentais e perícias anexadas ao processo.

IV – DA RESPONSABILIDADE DO ACUSADO

O acusado agiu com dolo direto, conforme demonstrado pelas provas, violando os direitos da vítima e afrontando os preceitos legais estabelecidos para a proteção da mulher no âmbito doméstico e familiar.

A conduta do réu deve ser reprimida com a máxima severidade, para promover a justiça e

assegurar a prevenção de novos atos violentos.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A condenação do acusado nas sanções previstas na Lei nº 11.340/2006;
2. A aplicação das medidas protetivas necessárias para garantir a segurança da vítima;
3. A fixação de pena adequada à gravidade dos fatos, com a devida individualização da responsabilidade;
4. A manutenção da segregação cautelar, caso existente, enquanto perdurar o risco à integridade da vítima;
5. A condenação ao pagamento das custas processuais e demais cominações legais.

VI – DA JUSTIÇA EQUÂNIME E PROPORCIONAL

Requer-se que a decisão judicial seja pautada pela observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, proteção integral da mulher e combate efetivo à violência doméstica e familiar, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/alegacoes-finais-maria-da-penha/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.